



Número: **0800371-55.2019.8.14.0015**

Classe: **EXECUÇÃO DE ALIMENTOS**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal**

Última distribuição : **03/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.393,92**

Assuntos: **Fixação**

Nível de Sigilo: **1 (Segredo de Justiça)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Advogados	
MARIA RAFAELA BARBOSA EVANGELISTA (EXEQUENTE)			
ELIELSON ALEX BARROS FREITAS (EXECUTADO)		MARIA LUCIETE VIEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
Outros participantes			
SEAP - Diretoria de Execução Criminal - Alvarás (Comunicação Sistemas) (TERCEIRO INTERESSADO)			
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ (AUTORIDADE)			
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
130199786	30/10/2024 13:16	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CASTANHAL

0800371-55.2019.8.14.0015

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)

Nome: MARIA RAFAELA BARBOSA EVANGELISTA

Endereço: Travessa Cravo, BL 17-,Q-14, 101, Alameda dos cravos, prox. Comercio da Márcia, Heliolândia, CASTANHAL - PA - CEP: 68745-712

Advogado do(a) EXECUTADO: MARIA LUCIETE VIEIRA DOS SANTOS - PA013660

Nome: ELIELSON ALEX BARROS FREITAS

Endereço: Loteamento Salles Jardins, Número 22, RUA 91, QD 149, LOTE N 22, ao lado do depósito to, Titanlândia, CASTANHAL - PA - CEP: 68741-515

Advogado(s) do reclamado: MARIA LUCIETE VIEIRA DOS SANTOS

SENTENÇA

Vistos. Trata-se de Cumprimento de alimentos.

Decisão de id. 128325979 decretou a prisão civil do executado.



Sobreveio acordo extrajudicial, reduzindo a dívida ao valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo R\$ 10.000.00 (dez mil reais) no ato do acordo mais R\$ 3.516,32, já bloqueados na conta do executado e o valor de parcelamento de R\$ 16.483,68 (dezesesseis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos) serão pagos em 23 (vinte e três) parcelas, R\$ 716,69 (setecentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos).

É o relato. DECIDO.

O presente Cumprimento de Sentença foi proposto visando o recebimento de débito alimentar. Considerando o acordo **HOMOLOGO O ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES JULGO EXTINTA** a execução em trâmite, com fundamento no art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil. Saliento que o acordo em questão não isenta o genitor dos valores referentes aos 36,6% a título de alimentos já acordado entre as partes, sendo o presente acordo somente referente ao débito executado nos autos. Condeno o executado nas custas e despesas processuais que arbitro em 10% do valor da dívida.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos oportunamente.

Insira a secretaria contramandado no BNMP.

Expeça-se alvará de levantamento dos valores bloqueados à parte autora.

SERVIRÁ COMO MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ DE SOLTURA E LEVANTAMENTO.

Castanhal/PA, na data da assinatura eletrônica.



Castanhal/PA, na data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)

Ana Louise Ramos dos Santos

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

